PF apura desfalque de servidor do Senado

A Polícia Federal (PF) já entrou na apuração paralela sobre o desvio de recursos de cerca de CR\$ 100 milhões da folha de pagamento do Senado Federal, que vinha sendo feito há pelo menos dois anos por José Antônio de Araújo, de 31 anos, chefe da Seção de Pagamento. "Já está provada a fraude que lesou os cofres públicos e, além da Comissão de Inquérito já instalada, a Polícia Federal já foi acionada para enquadrar criminalmente o funcionário e possibilitar a decretação da indisponibilidade dos bens dele", afirmou a diretora administrativa do Senado, Paula Cunha.

José Antônio de Araújo ingressou no Senado em 1985, como datilógrafo. Desde 1989 ele chefia a Seção de Pagamento do Senado Federal, subordinado ao Serviço de Pagamento. A Secretaria Financeira descobriu a fraude na última terça-feira, quando realizou auditoria rotineira na folha de pagamento: "A auditoria é feita por amostragem já que é praticamente impossível fiscalizar totalmente uma folha de cinco mil servidores. José Antônio deu azar porque selecionamos o nome de Maria da Conceição Araújo na folha de pagamento, e verificamos que ela não pertence ao quadro do Senado, mas é esposa do agora ex-chefe da Seção de Pagamento", disse Paula Cunha. **Auditoria** — Desde a última

Auditoria — Desde a última quinta-feira seis auditores estão conferindo todas as folhas de pagamento do Senado desde 1989, quando José Antônio de Araújo assumiu o cargo. Já foram identificadas pelo menos cinco pessoas, parentes de José Antônio, que recebiam salário irregularmente. Além da esposa dele recebiam suas irmãs, Sandra Cristina de Araújo e Maria Lourdes de Araújo, e suas cunhadas Maria José Celestino Uamaguti e Maria Cizelda Celestino.

Por enquanto o desfalque mais antigo remonta à 1991, em nome da mulher de José Antônio. Os valores estão sendo atualizados mês a mês e ainda não é possível estipular o tamanho da fraude: provavelmente algumas dezenas de milhões de cruzeiros reais. O assessor do Senado, Rubens César Lanios, foi nomeado para presidir a Comissão de Inquérito que tem prazo de 30 dias para concluir os trabalhos. Na esfera administrativa deve ser proposta a demissão do funcionário, a bem do serviço público. O funcionário deverá responder também por crime fiscal, apropriação indébita e estelionato.

Esquema — Tido entre os cocomo um funcionário exemplar, sério e muito discreto, ninguém imaginava que José Antônio de Araújo pudesse cometer tamanha fraude. Aproveitando-se do cargo de chefe da Seção de Pagamento do Senado Federal, ele procurava nos arquivos nomes de ex-servidores, alguns já mortos, ou de outros que estavam licenciados. Ele recadastrava os servidores e com os números de registro na mão, alterava o nome e a conta bancária dos antigos cadastrados por outros, de seus parentes.

Dessa forma os salários eram depositados nessas contas de irmãos, cunhados, mulher e outros parentes de José Antônio. Duas semanas depois, os nomes dos servidores fantasmas eram "apagados" da memória do computador. Acontece que a Secretaria Financeira mantém banco de dados próprio, para auditoria na folha de pagamento, inacessível a José Antônio.

Chamado à sala da diretora administrativa do Senado, para explicar a fraude, José Antônio entrou em desespero e tentou negar tudo. Ao ser desmascarado, apelou afirmando que estaria com dificuldades pessoais e por isso aplicou o golpe. Afirmou que agia sozinho. Transferido para a sala do chefe do Serviço de Pagamento, José Antônio, tirou um revólver da bolsa e ameaçou suicidarse para conseguir fugir do local.